



Instituto Politécnico de Viana do Castelo  
Escola Superior  
de Saúde

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**  
**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE**

**RELATÓRIO ANUAL**  
**CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO**  
**ANO LETIVO 2011/2012**

**A Comissão de Curso**

Clara de Araújo  
Salomé Ferreira

novembro, 2012

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	6
2. CICLO DE ESTUDOS .....	7
2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo.....	7
2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos: .....	7
2.1.2 Área científica predominante do ciclo de estudos: .....	7
2.1.3 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março: .....	7
2.1.4 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março: .....	7
2.1.5 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau: .....	7
2.1.6 Duração do ciclo de estudos (art.º 68 DL-74/2006): .....	7
2.1.7 Número de vagas aprovado no último ano letivo: .....	7
2.1.8 Condições de acesso e ingresso: .....	7
2.1.9 Regime de funcionamento: .....	7
2.1.10 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos: .....	7
2.1.11 Objetivos definidos para o ciclo de estudos: .....	8
2.1.12 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição.....	8
2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos:.....	9
2.2 Estrutura Curricular .....	9
2.2.1 Ramos, opções, perfis, maior/menor ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável):.....	9
2.2.2 Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau .....	9
2.2.3 Plano de Estudos .....	9
2.2.4 Estágios Integrantes do Plano Curricular .....	10
2.2.4.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço.....	11
2.2.4.2 Mapas de distribuição de estudantes .....	11
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE .....	12
3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo .....	12
3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão.....	12
3.3 Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos .....	13
3.4 Acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos. ....	14
3.5 Avaliação das qualificações e das competências dos docentes.....	14

3.6 Utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos.....	15
3.7. Outras vias de avaliação/acreditação: .....	15
4. RECURSOS MATERIAIS .....	16
4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis .....	16
4.2 Recursos Materiais – Equipamentos .....	16
4.3 Recursos financeiros .....	16
5. PARCERIAS.....	17
5.1 Promoção da cooperação interinstitucional .....	17
5.2 Identificar parcerias internacionais e nacionais .....	17
5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas .....	17
6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE.....	19
6.1 Pessoal Docente.....	19
6.1.1 Distribuição de Serviço Docente .....	19
6.1.2 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%):.....	19
6.1.3 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento: .....	19
6.1.4 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: .....	20
6.1.5. Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos: .....	20
6.1.6 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista: 15%.....	20
6.1.7 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 10%. .....	20
6.1.8 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 10%. .....	20
6.1.9 Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos: .....	20
O ciclo de estudos ter 30% de docentes doutorados e 10% de docentes com título de especialista. ....	20
6.1.10 Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista: .....	20
6.1.11 Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos:.....	20
6.1.12 Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista:.....	20
6.1.13 Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais: .....	20
6.2 Pessoal Não Docente .....	21
6.2.1 Caracterização .....	21

6.2.2 Número e regime de dedicação .....	21
6.2.3. Formação .....	22
6.2.4 Avaliação do desempenho .....	22
7. ESTUDANTES .....	23
7.1 Caracterização dos Estudantes .....	23
7.1.2 Procura do ciclo de estudos .....	23
7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem.....	23
8. PROCESSOS (FORMAÇÃO).....	24
8.1 Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo .....	24
8.2 Revisão curricular .....	24
8.3 Integração dos estudantes na investigação científica.....	24
8.4 Metodologias de Ensino.....	24
9. RESULTADOS ACADÉMICOS.....	25
9.1 Sucesso Escolar .....	25
9.2 Empregabilidade .....	25
9.3 Internacionalização .....	25
10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS .....	26
11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA .....	27
ANEXOS .....	28
ANEXO I – Mapa de distribuição dos Estudantes .....	29
ANEXO II – Modelos, Modos e Modalidades de Formação .....	32
ANEXO III – Distribuição do Serviço Docente .....	41

**ÍNDICE DE QUADROS**

	Pág.
Quadro N.º 1	Áreas Científicas e Créditos do Curso Mestrado em Enfermagem de Reabilitação..... 9
Quadro N.º 2	Plano de Estudos do 1º Semestre Curricular..... 10
Quadro N.º 3	Plano de Estudos do 2º Semestre Curricular..... 10
Quadro N.º 4	Plano de Estudos do 3º Semestre Curricular..... 10
Quadro N.º 5	Recursos Materiais – Áreas disponíveis..... 15
Quadro N.º 6	Recursos Materiais – Equipamentos..... 16
Quadro N.º 7	Distribuição do Pessoal não Docente por Serviço..... 20
Quadro N.º 8	Formação Contínua Pessoal não Docente..... 21

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório visa apresentar os desenvolvimentos formativos no âmbito do Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação (CMER), da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS-IPVC), aprovado pelo **Despacho n.º 15679/2011** *Diário da República*, 2.ª série — N.º 221 — 17 de Novembro de 2011.

Assim este documento tem como finalidade uma apreciação crítica e reflexiva do percurso formativo subjacente ao 1º ano do I CMER, que diz respeito ao curso de especialização que integra a estrutura do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre (art.º 20 do Decreto-Lei 74/2006) em Enfermagem de Reabilitação que decorreu no 1º e 2º Semestre do ano letivo 2011/2012, num total de 60 ECTS.

Em termos de estrutura, centra-se na especificidade do ciclo de estudos, na organização interna e mecanismos de qualidade, nos recursos materiais, nas parcerias, no pessoal docente e não docente, nos estudantes, no processo de formação, nos resultados académicos, na análise *SWOT* inerente ao ciclo de estudos e nas propostas de ações de melhoria.

## **2. CICLO DE ESTUDOS**

### **2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo**

#### **2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos:**

Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação

#### **2.1.2 Área científica predominante do ciclo de estudos:**

Enfermagem

#### **2.1.3 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março:**

Área saúde - 72; Áreas da Educação e Formação - Enfermagem- 723

#### **2.1.4 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março:**

Enfermagem (723)

#### **2.1.5 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:**

90 ECTS

#### **2.1.6 Duração do ciclo de estudos (art.º 68 DL-74/2006):**

3 Semestres curriculares

#### **2.1.7 Número de vagas aprovado no último ano letivo:**

20 Vagas contingente geral e 10 contingente especial<sup>1</sup>

#### **2.1.8 Condições de acesso e ingresso:**

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre:

- a) Titulares do grau de licenciatura ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizados de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Científico;
- d) Detentores de um currículo académico, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos;

O reconhecimento a que se referem as alíneas b), c) e d) tem como efeito apenas o acesso a estes ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou reconhecimento desse grau.

#### **2.1.9 Regime de funcionamento:**

Pós-laboral

#### **2.1.10 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos:**

Clara de Assis Coelho de Araújo

---

<sup>1</sup> Destinadas a enfermeiros detentores do título de especialista em Enfermagem de Reabilitação.

**2.1.11 Objetivos definidos para o ciclo de estudos:**

Este curso tem como finalidade desenvolver competências especializadas em Enfermagem de Reabilitação, para cuidar de pessoas de todas as idades, com necessidades na área da reabilitação. Enquadra por isso, um conjunto de saberes específicos que vão dar resposta a uma vasta possibilidade de intervenção na comunidade

- Analisar a problemática no contexto de saúde e da deficiência, com vista ao desenvolvimento de ações autónomas e pluridisciplinares adequadas a cada situação;
- Identificar, Planear, Executar e Avaliar necessidades em cuidados de enfermagem de reabilitação, ao longo do ciclo vital, da pessoa, família, grupos e comunidade;
- Dar pareceres técnico-científicos no âmbito da enfermagem de reabilitação;
- Tomar decisões que orientem o exercício profissional na área de enfermagem de reabilitação;
- Colaborar na conceção, organização, planeamento, execução e avaliação de programas de cuidados especializados no âmbito da prevenção, tratamento e reinserção social da pessoa nos seus contextos de vida;
- Assegurar e/ou participar na gestão de cuidados de enfermagem gerais e especializados;
- Desenvolver práticas de investigação e divulgação dos resultados nos campos de intervenção da enfermagem de reabilitação.

**2.1.12 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição**

O IPVC através das suas escolas superiores tem como missão criar, difundir e gerir conhecimento e cultura, através de processos de formação e de investigação e de transferência de tecnologia, de qualidade, acreditados, em interação com o tecido social.

A ESS, enquanto unidade orgânica do IPVC, constitui-se por uma comunidade educativa qualificada, inovadora e participativa, comprometida com a formação humanista, com a criação e gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte e com a prestação de serviços à comunidade. Neste contexto, o curso em apreço inscreve-se no âmbito do investimento da ESS e do IPVC na ampliação e aprofundamento de formações em áreas estruturantes da sua intervenção, designadamente no domínio da saúde. O curso encontra-se direcionado numa perspetiva constante de investigação e de desenvolvimento orientado para a formação de profissionais especializados no atendimento da pessoa com necessidades na área da reabilitação, em contextos multidisciplinares, de modo a contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde das populações. Assim, os objetivos do ciclo de estudos encontram-se em congruência com a missão e objetivos da instituição, promovendo o desenvolvimento em saúde a nível regional. Importa ainda realçar que os objetivos operacionais se encontram monitorizados através do Sistema de Garantia da Gestão da Qualidade (SGGQ).



### 2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos:

Os objetivos foram publicitados no portal da ESS e no Plano de Estudos que é disponibilizado aos estudantes, no início do Curso. Ao longo do percurso formativo realizaram-se reuniões entre os elementos da Comissão do Curso, com os estudantes e com docentes colaboradores, onde este assunto é retomado em articulação com a apreciação/avaliação dos desenvolvimentos formativos.

Para além disto, foram amplamente divulgados no contexto do debate que tem vindo a ser feito em sede de diferentes contextos da prática formativa (estágios) dos alunos e difusão dos mesmos na comunidade através de notícias em jornais locais aquando da divulgação do curso, dando conta do perfil de conhecimentos e competências do enfermeiro especialista em reabilitação.

## 2.2 Estrutura Curricular

### 2.2.1 Ramos, opções, perfis, maior/menor ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável):

Não aplicável

### 2.2.2 Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau

As áreas científicas e os créditos necessários à obtenção do grau encontram-se no quadro 1

**Quadro 1. Áreas Científicas e Créditos do Curso Mestrado em Enfermagem de Reabilitação**

Área Científica (AC)	Sigla	Créditos Obrigatórios	Créditos Opcionais
Enfermagem	ENF	86,5	0
Gestão e Administração	GA	2	0
Filosofia e Ética	FE	1,5	0

### 2.2.3 Plano de Estudos

O plano de estudos foi aprovado pelo Despacho nº 15679/2011 e publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 221 — 17 de Novembro de 2011 e integra 90 ECTS, estando organizado em 3 semestres. O 1º semestre envolve nove (9) unidades curriculares (Quadro 2). O segundo semestre cinco (5) unidades curriculares (Quadro 3). O terceiro semestre visa a elaboração de dissertação/trabalho de projeto/estágio de natureza profissional (Quadro 4)

**Quadro 2. Plano de Estudos do 1º Semestre Curricular**

Unidades Curriculares	AC	Tipo	Horas de Contacto	ECTS
Enf. Evolução Histórica e Epistemológica	ENF	S	54	2,0
Investigação em Enf.	ENF	S	54	2,0
Inovação Gestão e Supervisão Clínica	GA	S	54	2,0
Fundamentos de Enf. de Reabilitação	ENF	S	149	5,5
Enf. Reabilitação em Neurologia	ENF	S	176	6,5
Enf. Reabilitação Respiratória	ENF	S	108	4,0
Enf. Reabilitação em Ortopedia	ENF	S	95	3,5
Enf. Reabilitação na Comunidade	ENF	S	81	3,0
Ética e Cidadania da Pessoa com Deficiência	FE	S	40	1,5

**Quadro 3. Plano de Estudos do 2º Semestre Curricular**

Unidades Curriculares	AC	Tipo	Horas de Contacto	ECTS
Estágio de Enf. de Reabilitação em Neurologia	ENF	Sem.	189	7
Estágio de Enf. de Reabilitação Respiratória	ENF	Sem.	189	7
Estágio de Enf. de Reabilitação em Ortopedia	ENF	Sem.	189	7
Estágio de Enf. de Reabilitação na Comunidade	ENF	Sem.	189	7
Seminário: Dissertação/Estágio de natureza profissional/Trabalho de projeto	ENF	Sem.	54	2

**Quadro 4. Plano de Estudos do 3º Semestre Curricular**

Unidades Curriculares	AC	Tipo	Horas de Contacto	ECTS
Dissertação/Estágio de Natureza Profissional/Trabalho de Projeto*	ENF	Sem.	810	30

(\*) Dissertação de natureza científica ou um trabalho de projeto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objeto de relatório final.

#### 2.2.4 Estágios Integrantes do Plano Curricular

As unidades curriculares de estágio desenvolvem-se no 2º semestre do 1º ano do curso e constituem-se como um espaço/tempo de consolidação, apropriação de saberes e desenvolvimento de competências de elevado nível de especialização, decorrendo em contextos reais da prestação de cuidados específicos no âmbito desta especialidade.

O desenvolvimento dos estágios sustentou-se num conjunto de pressupostos conceptuais, teórico-metodológicos e ideológicos, sendo de realçar o investimento da ESS na articulação com as Instituições de Saúde, prestadores de cuidados numa lógica de promoção da dialética teoria/prática.

A modalidade de estágio pode constituir-se, ainda, como uma das opções para trabalho final (2º ano/3º semestre do curso), a par com a dissertação ou trabalho de projeto, constituindo-se, assim, como requisito necessário para a obtenção do grau de mestre. No entanto, nesta edição, todos os mestrandos optaram por dissertação.

#### **2.2.4.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço**

O PE do CMER contempla 4 estágios obrigatórios: Estágio de Enfermagem de Reabilitação em Neurologia; Estágio de Enfermagem de Reabilitação Respiratória; Estágio de Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia e Estágio de Enfermagem de Reabilitação na Comunidade. Os estágios referidos decorreram, em serviços de Neurologia, Unidades de AVC, departamento de cinesiterapia respiratória, serviços de ortopedia e unidades de cuidados na comunidade. Os estudantes foram alocados em cada campo de estágio de acordo com o mapa (anexo I).

#### **2.2.4.2 Mapas de distribuição de estudantes**

No sentido de facilitar a organização do presente relatório, remetemos o mapa de distribuição de estudantes para o anexo I.

No entanto, importa referir alguns dos princípios subjacentes ao acompanhamento dos estudantes neste espaço do percurso formativo e que se prendem com a filosofia da ESS e algumas especificidades deste Curso.

A orientação e supervisão dos processos formativos é assegurada pelo gestor pedagógico, coadjuvada pelo “enfermeiro tutor”, os quais possuem formação especializada na área e têm experiência profissional em contexto clínico, nas diferentes áreas de intervenção, no âmbito da enfermagem de reabilitação. As respetivas funções encontram-se definidas na página 4 do documento “Modelos, Modos e Modalidades de Formação” (Anexo II). As figuras de “orientador cooperante” e de “orientador de estágio” correspondem, na ESS, à de “Tutor” e de “Gestor Pedagógico”, respetivamente.

Acresce, ainda, referir que foi estabelecido como rácio gestor pedagógico/estudante, uma hora e meia por semana.

### **3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE**

#### **3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo**

O ciclo de Estudos conducentes ao grau de mestre em Enfermagem de Reabilitação da ESS-IPVC, cujo registo efetuado na Direção Geral do Ensino Superior com o nº R/A-Cr 52/2011, foi alvo de acreditação prévia pela A3ES.

Em termos de processo formativo, têm vindo a ser desenvolvidos esforços no sentido de adotarmos a globalidade dos procedimentos do SGGQ. Ao momento, está assegurada a utilização e execução de todo o processo FOR, no âmbito do SGGQ.

Importa realçar que os programas das unidades curriculares constam do registo na A3ES e foram alvo de análise e emissão de parecer da Comissão de Curso, sendo, posteriormente, enviados para apreciação/aprovação do Conselho Técnico-Científico. É de salientar que em algumas unidades curriculares, designadamente, da área de Enfermagem e de Investigação, foi importante a colaboração de peritos de reconhecido mérito.

#### **3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão**

A participação de docentes e estudantes na tomada de decisão foi assegurada, nos termos dos Estatutos do IPVC (Despacho Normativo nº 7/2009, de 6 de fevereiro, DR 2ª Série, nº 26) e da Escola (Despacho nº 4323/2011, de 8 de Março, DR, 2.ª série, nº 47). No quadro deste curso, os docentes integram vários órgãos, nomeadamente, o Conselho Geral, o Conselho Técnico-Científico, o Conselho Académico, o Conselho Pedagógico e a Comissão de Curso (CC) e os alunos integram o Conselho Pedagógico e a Comissão de Curso.

De facto, os estudantes que integraram, o Conselho Pedagógico e a CC envolveram-se ativamente nas tomadas de decisão inerentes à vida da ESS-IPVC tendo assumido um papel de relevo na mediação dos processos e na dinamização das diversas atividades inerentes ao curso e à ESS-IPVC.

Destaca-se, ainda, a discussão e análise efetuada ao longo do ano, nas reuniões com os estudantes e Comissão de Curso, sobre aspetos inerentes à organização e desenvolvimento do curso, que permitiram operar mudanças pedagógicas e organizacionais, algumas das quais foram integradas de imediato e outras, pela sua natureza serão integradas no (s) próximo (s) curso(s).

Neste domínio inscrevem-se, ainda, as reuniões dinamizadas com os diferentes órgãos e com os coordenadores dos outros cursos de Mestrado em funcionamento na ESS. Os relatórios das UC's, constituem também uma fonte privilegiada de informação e avaliações do desenvolvimento do curso.

Da avaliação efetuada pelos regentes, materializada nos relatórios das UC's e das reuniões com a Coordenação de Curso e estudantes resulta uma avaliação global bastante positiva da qual se destacam os seguintes aspetos: a pertinência e adequação dos conteúdos teóricos leccionados; a qualidade dos contextos de estágio e da orientação pedagógica e tutorial no desenvolvimento de todas as unidades curriculares.

Os Inquéritos de Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino *on-line* constituem outra das estratégias de participação na tomada de decisão, tendo-se verificado uma grande adesão por parte dos alunos deste curso, nomeadamente 65% e 59% no 1º e 2º semestre, respetivamente.

É de salientar que se trata de um curso em regime pós-laboral e no qual todos os mestrandos usufruem do estatuto de trabalhador estudante, tendo-se verificado, em alguns momentos, nas unidades curriculares do primeiro semestre, diminuição da assiduidade que os estudantes justificaram, referindo incompatibilidade na conciliação do horário profissional e com o do curso. No entanto, esta situação não condicionou o processo formativo sendo que para isso os docentes tiveram necessidade de desenvolver outras estratégias adaptadas à situação.

### 3.3 Mecanismos de garantia da qualidade para o ciclo de estudos

O IPVC tem implementado, desde 2008, um SGGQ organizado por processos, atividades e respetivos procedimentos utilizados pela instituição para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino e demais atividades de gestão e de suporte ao ensino. É de salientar que o SGGQ cumpre os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2008, sendo o IPVC certificado pela SGS ICS, entidade acreditada pelo IPAC, desde 2009, no âmbito da Formação Superior nas Áreas Científicas ministradas em todas as suas Escolas.

O SGGQ-IPVC gera informação que a Instituição utiliza para definir, implementar e controlar medidas efetivas para a melhoria contínua da qualidade das atividades desenvolvidas e respetivos resultados. A Presidência do IPVC determinou, conforme definido nos Estatutos, publicados em 06 de fevereiro de 2009, a criação de uma estrutura para conduzir os trabalhos inerentes ao desenho e implementação do Sistema Interno para a Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo - o Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ) - que integra os Gestores da Qualidade das Escolas (ESA, ESCE, ESE, ESDL, ESS, ESTG)<sup>2</sup>, Serviços Centrais e Serviços de Ação Social, que são nomeados pelas Direções. O GAQ apoia as Coordenações de Curso e docentes envolvidos no processo de Gestão e Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo, em estreita colaboração com as Direções das Escolas e dos Serviços, os Conselhos Pedagógicos, o Conselho Técnico-científico, Conselho Académico e outros órgãos e serviços do IPVC que intervêm na garantia da qualidade das atividades administrativas de suporte e nas atividades científicas e pedagógicas dos ciclos de estudo.

O SGGQ-IPVC procura garantir a abrangência e eficácia dos procedimentos e estruturas de garantia da qualidade relacionadas com cada uma das vertentes nucleares da sua missão como Instituição de Ensino Superior Público:

- o ensino e aprendizagem, através dos processos/subprocessos: Académicos (ACA), Criação e Restruturação de Cursos (CRC), Formação (FOR), Cooperação Internacional (CIN) e Observatório (OBS);
- a investigação e desenvolvimento, através do processo Gestão de Projetos (GPR), com apoio da Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento (OTIC);

---

<sup>2</sup> ESA - Escola Superior Agrária; ESE - Escola Superior de Educação; ESTG-Escola Superior de Tecnologia e Gestão; ESCE - Escola Superior de Ciências Empresariais; ESS - Escola Superior de Saúde; ESDL - Escola Superior de Desporto e Lazer;

- a colaboração interinstitucional e com a comunidade, através dos processos: Cooperação Internacional (CIN), Gestão Estratégica (GE) e Promoção e Imagem (PIM);
- as políticas de gestão do pessoal, através do processo Recursos Humanos (RHU);
- os serviços de apoio, através dos processos: Gestão de Espaços Educativos (GEE), Gestão Económico-Financeira (GEF), Gestão de Sistemas de Informação (GSI), Expediente e Arquivo (EAR), Gestão Documental (GDO), Ambiente Higiene e Segurança (AHS), Gestão de Empreitadas e Infraestruturas (GEI), Biblioteca (BIB), Serviços de Ação Social (SAS);
- a internacionalização, através dos Processos: Cooperação Internacional (CIN), Gestão Estratégica (GE) e Promoção e Imagem (PIM);

### **3.4 Acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.**

O acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos foram concretizados através de diversas estratégias, designadamente: reuniões de avaliação do percurso formativo, efetuadas pela comissão de curso, e ainda, de reuniões desta com os professores, com os estudantes e com o Conselho Pedagógico e Direção da ESS.

Dispomos, ainda, de evidência decorrente do SGGQ através dos procedimentos relativos aos processos relacionados com os Cursos: Formação (Processo FOR, desde o planeamento a execução/ avaliação), Académicos (ACA), Observatório (OBS), Criação e Restruturação de Cursos (CRC) e Gestão e Melhoria do Sistema (GMS). São, ainda, considerados os relatórios de avaliação das unidades curriculares e a monitorização pelos serviços académicos dos indicadores relevantes do percurso formativo, assim como, o controlo efetuado pelas auditorias internas e externas.

### **3.5 Avaliação das qualificações e das competências dos docentes**

A avaliação do desempenho dos docentes fez-se, até 2009, pela legislação que regulava o Ensino Superior com apresentação e avaliação dos relatórios críticos de atividades científicas e pedagógicas nos Conselhos Científicos das Escolas do IPVC. Em 13 de novembro, foi publicado o Regulamento do Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente do IPVC, nos termos do RJIES e ECDESP, encontrando-se na fase inicial de implementação.

Conforme referimos a Avaliação da Qualidade de Ensino e os relatórios que lhe são inerentes, à partida, devem constituir-se como um contributo para a avaliação dos docentes, por parte dos estudantes.

Relativamente à qualificação do corpo docente, no universo de 45 docentes, 14 são doutores e dois detêm o título de especialista na área de Enfermagem. Salientamos ainda que se encontram 13 docentes em doutoramento.

Deste universo, estiveram associados ao curso na regência e lecionação das unidades curriculares, 7 doutores e 5 mestres, embora outros, com as mesmas qualificações, tenham colaborado pontualmente.

### **3.6 Utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos**

Os resultados da avaliação têm sido mobilizados em diversos domínios e contextos no sentido de promover e fortalecer a articulação entre os vários órgãos e serviços, nomeadamente entre a coordenação, os serviços académicos e outros cursos de mestrado em enfermagem. Foram identificadas e valorizadas as potencialidades e constrangimentos/dificuldades a nível pedagógico e organizacional do curso, permitindo operar mudanças, algumas das quais foram integradas de imediato e outras, pela sua natureza serão integradas no(s) próximo(s) curso(s).

### **3.7. Outras vias de avaliação/acreditação:**

O ciclo de estudos foi objeto de Acreditação prévia por parte da A3ES.

#### 4. RECURSOS MATERIAIS

Para além da listagem que consta do PAPNCE, não há nada a referir em termos de atualização de novos espaços, havendo, contudo, a registar a aquisição de novos equipamentos, como se pode constatar nos quadros seguintes.

##### 4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis

**Quadro.5. Recursos Materiais – Áreas disponíveis**

Recursos Materiais – Novas Áreas Disponíveis	
Nada a referir	Nada a referir

##### 4.2 Recursos Materiais – Equipamentos

**Quadro 6. Recursos Materiais – Equipamentos**

Recursos Materiais – Novos Equipamentos	
Tipo de Equipamento	Número
Plano Inclinado	1
Cadeira rodas universal	2
Cadeira de rodas com apoio cervical	1
Colares cervicais	3
Tábuas de transferência	3
Auxiliares de marcha – tripé, quadripé e canadianas	8
Superfície de trabalho	2
Rolos de posicionamento grandes	2
Superfície de trabalho em acrílico	1
Talas para membro inferior (perna e pé)	2
Base p/lavagem cabeça insuflável	3
Cadeira de banho giratória	1
Cama elétrica	2
Almofadas de posicionamento	10
Colchão inteiro impermeável	2
Coluna de Suspensão para cama	2
Simuladores de limitações físicas	1
Mesa-de-cabeceira resina fenólica	2

Salienta-se ainda, a aquisição de equipamento informático e quadros interativos.

##### 4.3 Recursos financeiros

O IPVC atribui uma dotação orçamental à Escola em termos globais e não por curso, e tendo por base o ano económico. Em 2011, ano civil, a execução orçamental da ESS-IPVC foi de 2.129.780,50 euros, com base na despesa paga. Em 2012, o orçamento atribuído tem permitido o cumprimento dos objetivos do ciclo de estudos.



## **5. PARCERIAS**

### **5.1 Promoção da cooperação interinstitucional**

É entendimento da ESS que estas parcerias resultam em mais-valias para o processo de ensino/aprendizagem e para o desenvolvimento de uma cultura de partilha de saberes e experiências. No âmbito do CMER, a cooperação estabelecida situa-se a nível nacional e resulta, fundamentalmente, da articulação com instituições prestadoras de cuidados e que se constituem contextos formativos privilegiados no âmbito do desenvolvimento de competências na área da enfermagem de reabilitação no atendimento à pessoa/família.

Consideramos, que esta é uma área que merece uma maior atenção pela sua importância para a qualidade da formação, sobretudo, tendo em conta as especificidades do curso.

### **5.2 Identificar parcerias internacionais e nacionais**

A ESS tem parcerias com várias instituições de saúde. Os alunos do curso em questão, com base nas parcerias, desenvolveram estágios nas unidades: Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE; Hospital de Braga; Centro Hospitalar de S. João - Porto, Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia – Espinho; ACES Póvoa-Vila do Conde; Centro Hospitalar Santa Maria Maior- Barcelos.

Salienta-se que os alunos fizeram uma avaliação muito positiva de todas estas instituições, considerando-as como uma mais-valia no seu processo formativo.

### **5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas**

O relacionamento com as entidades externas, no âmbito do ciclo de estudos, residiu, sobretudo, no âmbito dos estágios e da investigação. Realça-se o envolvimento dos estudantes, em contexto de estágio, na operacionalização dos projetos das unidades de saúde/internamento/comunidade, contribuindo para a eficácia dos mesmos.

Salienta-se o desenvolvimento de trabalhos realizados pelos estudantes, orientados para a área da enfermagem de reabilitação, contribuindo para a melhoria da prática dos cuidados, no âmbito da prevenção e do atendimento da pessoa e família, nos diferentes *settings* ligados ao curso, por forma a responder aos problemas/preocupações emergentes. Os estudos que estão a ser realizados estão orientados para a melhoria da qualidade dos cuidados/intervenção de enfermagem ao doente/família; melhoria da qualidade de vida; identificação de ganhos em saúde, na área específica da enfermagem de reabilitação.

Esta perspetiva é particularmente relevante para as instituições, na medida em que a maioria das organizações onde os trabalhos vão ser desenvolvidos são, simultaneamente, entidades empregadoras e

de formação destes estudantes, conferindo potencialidades acrescidas de continuidade desses mesmos projetos, mesmo após finalização do curso. Nesta lógica, promove-se a relação teoria-prática e concomitantemente, contribui-se para o desenvolvimento sustentado das organizações de saúde, maioritariamente, situadas na área de influência da ESS e do IPVC.

Não obstante, o facto de serem estudantes trabalhadores dificultou o seu envolvimento nos projetos da ESS-IPVC. Consideramos ainda, que deverão ser desenvolvidas atividades promotoras à participação dos estudantes na divulgação científica.

## **6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE**

### **6.1 Pessoal Docente**

As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do tão desejado acesso à carreira. O programa PROTEC (em vigor até 2011), destinado à formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, e o apoio prestado pela ADISPOR, através da contratação de vagas para doutoramento, com várias universidades nacionais e europeias, tem como objetivo, a qualificação do maior número de docentes num curto espaço de tempo, de forma a responder às necessidades e exigências colocadas às instituições.

Para além do apoio à formação avançada, a Instituição tem procurado incentivar e ajudar na atualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada na própria Instituição, quer no apoio à realização de formação no seu exterior, através da utilização de recursos da Instituição, como por exemplo, as viaturas da Escola, ou ainda, pela concessão do estatuto de equiparado a bolseiro.

O próprio Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, no processo Recursos Humanos, prevê a realização anual de um diagnóstico de necessidades formativas com vista à programação de ações para colmatar essas mesmas necessidades. Os aspetos focados revelam a aposta que o IPVC tem feito em termos da qualificação do pessoal docente e não docente.

#### **6.1.1 Distribuição de Serviço Docente**

No sentido de tornar mais perceptível as especificidades da informação relativa à distribuição de serviço docente (DSD) no curso, remetemos o mapa para anexo (Anexo III), sendo que a distribuição docente relativa ao 3º semestre do curso não se reporta ao período em análise.

#### **6.1.2 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%):**

Neste curso verifica-se que 60% dos docentes (12) desenvolveram a sua atividade de docente em tempo integral.

#### **6.1.3 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento:**

A percentagem de docentes com doutoramento é 30% (6 docentes).

**6.1.4 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos:**

Na área científica de Enfermagem existem 10% (2 docentes).

**6.1.5. Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos:**

Na área científica de Enfermagem e em tempo integral existem 2 docentes – 10%.

**6.1.6 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista: 15%.<sup>3</sup>**

**6.1.7 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 10%.**

**6.1.8 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos: 10%.**

**6.1.9 Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos:**

O ciclo de estudos ter 30% de docentes doutorados e 10% de docentes com título de especialista.

**6.1.10 Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista:**

30% de docentes doutorados; 0% de docentes com o título de especialista

**6.1.11 Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos:**

Não se aplica porque o curso iniciou pela primeira vez em Outubro de 2011.

**6.1.12 Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista:**

Prevê-se que quatro docentes adquiram o título de doutor.

**6.1.13 Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais:**

Não se verificou.

---

<sup>3</sup> 3 docentes com título provisório de especialista aprovado pelo CC em 22 de janeiro/2010 e CTC em 23 fevereiro/2010

## 6.2 Pessoal Não Docente

### 6.2.1 Caracterização

A implementação dos novos Estatutos do IPVC, conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direções de Serviço Administrativos e Financeiros e de Informática, Divisões de Serviços Técnicos, de Serviços Académicos, de Recursos Humanos e ainda Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Mobilidade e Cooperação Internacional e de Avaliação e Qualidade.

A Escola conta com vários serviços para apoio das suas atividades de ensino, com pessoal não docente qualificado, como consta no quadro seguinte.

**Quadro nº 7. Distribuição do Pessoal não Docente por Serviço**

Serviço/Pessoal não Docente	Categoria	Habilitações Literárias
<b>Serviços Académicos</b>		
Maria Augusta S. Barreiros	Assistente Técnico	12º Ano
Maria Regina Coelho Lopes Vieira	Coordenador Técnico	12º Ano
<b>Balcão Único</b>		
Ana Maria G. Lopes Alves	Técnico Superior	9º Ano
Sofia Margarida Velho	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Serviço de Expediente e Arquivo</b>		
Maria Goreti Martins Traila	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Secretariado Direção</b>		
Pedro Nuno de Freitas Araújo	Técnico Superior	Licenciatura
<b>Secretariado de Apoio aos Cursos</b>		
Anabela Esteves de Sousa	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Secretariado CTC /C. Pedagógico/Apoio Audiovisuais</b>		
Nuno Vieira de Carvalho	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Biblioteca</b>		
Alfredo Alberto Alves	Assistente Técnico	12º Ano
Sandra Cristina S. Sousa	Técnico Superior	Mestrado
<b>Telefonista</b>		
Maria Teresa Fernandes da Cruz Lancha	Assistente Operacional	9º Ano

### 6.2.2 Número e regime de dedicação

Existem 11 funcionários não docentes, em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado.

### 6.2.3. Formação

O pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos, possui formação contínua desenvolvida em temáticas que muito favorecem os desenvolvimentos do Curso, como se pode constatar no quadro seguinte:

**Quadro nº 8 - Formação Contínua Pessoal não Docente**

Nome	Formação 2011/12
Alfredo Alberto Lopes Alves	3.º Fórum da Qualidade
Ana Maria G. Lopes Alves	Workshop de formação em CXA
	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
Maria Goreti Martins Traila	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
	Básico em e-learning de Organizações de Emergência
	Formação de Competências em TIC (2012)
Anabela Esteves de Sousa	Formação de Competências em TIC (2012)
Maria Regina Lopes Vieira	Atendimento – a arte de encantar (2012)
Maria Augusta Silva Barreiros	Básico em e-learning de Organizações de Emergência
	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
Nuno Vieira de Carvalho	Expressão Audiovisual
Sandra Cristina Santos Sousa	Ambiente Digital Abertos: Impactos e Desafios
Sofia Margarida Pereira de Melo Velho	Workshop de formação em CXA
	Atendimento – a arte de encantar (2012)

### 6.2.4 Avaliação do desempenho

O IPVC adotou, desde 2010, um critério de distribuição das quotas de classificação máxima, não por unidades orgânicas, mas por grupos de serviços transversais constituídos pela proximidade e complementaridade de funções exercidas.

Esta opção implicou a fixação de objetivos para cada grupo de serviços e um número mínimo de objetivos individuais comuns aos trabalhadores neles inseridos, de forma que permitiu uma maior comparabilidade de desempenhos, contribuindo para aumentar a perceção de justiça organizacional por parte dos avaliados aquando da comunicação dos resultados da avaliação de desempenho.

## **7. ESTUDANTES**

### **7.1 Caracterização dos Estudantes**

O total de vagas atribuído ao curso foi de 20 para o contingente geral e 10 para o contingente especial (destinado a enfermeiros detentores do título de especialista em enfermagem de reabilitação). Matricularam-se no mestrado 25 estudantes do contingente geral e 7 do contingente especial, exercendo, maioritariamente, a sua atividade profissional no Distrito de Viana do Castelo (13 estudantes). A maioria (22) é do sexo feminino, cuja média de idades é de 32 anos, situando-se a maioria no grupo etário dos 23 aos 29 anos (13 estudantes). A amplitude de idades varia entre os 23 e os 54 anos. É de referir que quatro estudantes desistiram no início do primeiro semestre, cujas razões se prendem com incompatibilidade de responsabilidades profissionais.

#### **7.1.2 Procura do ciclo de estudos**

Apesar das políticas de gestão de recursos humanos adotadas pela organizações de saúde, que têm vindo a limitar as dispensas de serviço para formação, bem como as dificuldades económicas acrescidas que as famílias têm vindo a atravessar, as vagas do contingente geral foram totalmente preenchidas e o número de desistências verificado foi residual (4 anulações) como referido anteriormente.

Esta procura vai de encontro à perceção de que a formação específica no âmbito do atendimento da pessoa com incapacidade se torna necessária por forma a dar resposta às especificidades sentida por muitos profissionais de enfermagem.

### **7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem**

Estrategicamente, a ESS tem vindo a promover a proximidade dos mestrandos desde o processo de candidatura até à fase de conclusão dos cursos. No início deste curso, realizou-se um espaço-tempo para a receção e acolhimento dos alunos no sentido de promover a integração no curso e na instituição, assim como, a articulação do processo formativo. Este momento, como outros do género, constituíram-se como uma mais-valia tendo facilitado a proximidade entre os alunos e docentes/instituição, favorecendo a identificação dos problemas sentidos pelos estudantes e a definição de estratégias no sentido da sua minimização/resolução.

É de realçar a participação dos estudantes deste curso, na comissão de curso e no Conselho Pedagógico. Contudo, é de continuar a fomentar a adesão a outros projetos da ESS-IPVC, designadamente, no âmbito do empreendedorismo.

Refere-se ainda, os investimentos do IPVC, decorrentes dos Estatutos e da organização interna, no sentido de promover as condições de vida e de aprendizagem dos estudantes, dos quais destacamos: os Serviços de Ação Social, o Gabinete de Saúde, o Centro Desportivo e a Oficina Cultural. Mais recentemente, a designação da Provedora do Estudante e a constituição do Conselho Académico que reforçará, com certeza, a promoção do ambiente ensino/aprendizagem

## **8. PROCESSOS (FORMAÇÃO)**

### **8.1 Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo**

A comunicação dos objetivos do ciclo de estudos processou-se nos termos do enunciado no ponto 2.1.13, tendo sido a sua monitorização e divulgação efetuada em sede de reuniões com a Comissão Técnico-científica da ESS e com o Conselho Pedagógico.

A operacionalização do curso seguiu, na íntegra, os procedimentos do SGGQ e os sumários foram disponibilizados na plataforma *moodle* de acordo com a Circular ESS-D-3/2010.

Concluíram o 1º ano do curso 92,9% (26) estudantes, o que lhes confere o curso de especialização (art.º 17, do Regime de frequência e avaliação, progressão, prescrição do direito à inscrição do CMER de 28 de Setembro de 2011)), com classificação variando entre os 13 e os 18 valores.

### **8.2 Revisão curricular**

O plano de estudos foi recentemente submetido a acreditação prévia da A3ES (2010), no entanto, considerando as sugestões dos estudantes, da equipa pedagógica e as mudanças sociopolíticas a nível do ensino superior, nomeadamente, as orientações relativamente à carga horária, equaciona-se a possibilidade de revisão do plano de estudos, embora, a questão não se coloque no imediato.

### **8.3 Integração dos estudantes na investigação científica**

A integração dos estudantes na investigação científica iniciou-se no 1º ano do curso e foi efetivada através da realização dos projetos/trabalhos de investigação a desenvolver no 3º semestre. A coordenação prevê a realização de um evento científico para a divulgação dos resultados de investigação e, ainda, a publicação dos mesmos, em artigos e/ou comunicações em congressos.

### **8.4 Metodologias de Ensino**

As metodologias de ensino desenvolvidas revestiram-se de natureza diversificada, em congruência com a natureza do curso e das respetivas unidades curriculares.

É de referir que a operacionalização das unidades curriculares do 2º semestre, nomeadamente, os estágios, foram fundamentais para o desenvolvimento de saberes e competências na área de especialidade deste mestrado, potenciando a mobilização dos diferentes conhecimentos adquiridos na componente teórica do 1º semestre.



## **9. RESULTADOS ACADÉMICOS**

### **9.1 Sucesso Escolar**

Vinte e seis estudantes completaram este 1º ano do curso.

A média obtida no curso de especialização foi de 15,90 valores, com a UC de Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia a obter a média mais baixa de 13,67 valores e a UC Estágio de Enfermagem de Reabilitação na Comunidade com a média mais elevada de 17,39 valores.

Inscreveram-se, no 2º Ano, 3º semestre, 61,5% (16) dos estudantes que concluíram o curso de especialização.

### **9.2 Empregabilidade**

Na medida em que se trata da primeira edição do curso de mestrado profissionalizante ainda a decorrer, não é possível efectuar a avaliação da empregabilidade. No entanto, tendo os estudantes, após o primeiro ano do curso e a sua especialidade reconhecida pela ordem dos enfermeiros, poderão exercer funções como enfermeiro especialista na área do curso.

### **9.3 Internacionalização**

Não se tem registado mobilidade no âmbito deste curso. Embora constitua uma dimensão relevante dos processos formativos, a realidade socioprofissional, num contexto agravado pela crise, não é facilitadora deste processo.

## 10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS

### Pontos Fortes

- Estabilidade do corpo docente e com qualificação específica na área;
- Rentabilização do corpo docente dos Mestrados em curso;
- Qualidade dos contextos práticos onde se realizaram os estágios;
- Disponibilidade, motivação e competência dos Enfermeiros Chefes e tutores da maioria dos contextos práticos onde se realizaram os estágios;
- Reconhecimento expresso pelas instituições parceiras e pelos estudantes relativamente á organização e gestão pedagógica;
- A assiduidade e o envolvimento dos estudantes no curso e nas atividades da ESS;
- Taxa de sucesso escolar;
- Existência de secretariado de apoio ao Curso;
- Dinâmica implementada entre as coordenações dos cursos de mestrado em enfermagem da ESS;
- Visibilidade e credibilidade da instituição no âmbito da formação em enfermagem;
- Existência de parcerias nacionais.

### Pontos Fracos

- Dificuldade dos estudantes em compatibilizar o horário laboral com a atividade académica, nomeadamente no 2º semestre aquando da realização dos estágios;
- Dificuldades colocadas pelas instituições de saúde aos estudantes na facilitação de horário compatível com o curso;
- Necessidade de ter havido um conjunto de aulas ao sábado.
- A não realização do evento previsto para junho *“da prática de investigação ao desenvolvimento de competências em enfermagem de reabilitação: O projeto de investigação como ponto de partida”*, por impossibilidade da participação de um grande nº de convidados, na atividade planeada.

### Constrangimentos

- Grande concentração de carga horária letiva para dar cumprimento aos requisitos exigidos pela Ordem dos Enfermeiros para a obtenção da especialidade.
- Alguns locais de estágio fora da área da ESS e dos locais de trabalho dos mestrandos.

### Oportunidades

- Aumento de recursos qualificados na área de enfermagem de reabilitação, na comunidade e nos locais onde os mestrandos desenvolvem a atividade profissional.
- Conformidade entre os processos formativos e o preconizado pelo SGGQ;
- Fomentar a divulgação e a investigação em articulação com os contextos da prática;
- Abertura ou disponibilidade dos serviços para a realização de trabalhos de investigação em parceria.

## 11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA

Globalmente, consideramos que este 1º ano do curso se desenvolveu de forma bastante positiva. Este facto deveu-se, em grande medida, ao envolvimento ativo dos diversos intervenientes, designadamente, dos estudantes e docentes e ao apoio dado pelos diversos serviços/colaboradores da ESS, sustentado numa cultura institucional de melhoria contínua da qualidade, visível neste relatório.

No sentido de ir ao encontro das necessidades dos estudantes, propomos um maior investimento na organização do cronograma e respetivo horário por forma a não existirem aulas aos sábados bem como uma maior abertura aos peritos do contexto da prática, pois são uma mais-valia na formação especializada.

Reforçamos a necessidade de aquisição do *software* de análise de dados qualitativos.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

Mapa de distribuição dos Estudantes

## I Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação

### Mapa de Distribuição de Estudantes

Estágio	Instituição acolhedora	Serviço	Orientador Cooperante	Período de Estágio	N.º de Estagiários	Nome Orientador Pedagógico
Enfermagem de Reabilitação Respiratória	Hospital de Santa Maria Maior - Barcelos	Departamento de Cinesiterapia Respiratória	Helena Cristina Gomes S. Gonçalves	19 de março a 20 de abril 2012	2	Mª de La Salette Rodrigues Soares
			Helena Cristina Gomes S. Gonçalves	21 de maio a 15 de junho 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
Enfermagem de Reabilitação Respiratória	Hospital de Braga	Departamento de Cinesiterapia Respiratória	Rosa Martins Rocha Matos	19 de março a 20 de abril 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
			Márcia Catarina Alves	19 de março a 20 de abril 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
			Conceição Gomes Sonso	19 de março a 20 de abril 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
Enfermagem de Reabilitação Respiratória	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	Departamento de Cinesiterapia Respiratória	Iracema Assis	23 de abril a 18 de Maio 2012	5	Mª de La Salette Rodrigues Soares
			Iracema Assis	21 de Maio a 15 de Junho 2012	4	Mª de La Salette Rodrigues Soares
Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	UCSP Viana do Castelo	Jorge da Fonseca S. B. Freire	18 de junho a 13 de julho 2012	3	Mª José Lopes Fonseca
			Célia Mª G. A. Matos	18 de junho a 13 de julho 2012	1	Mª José Lopes Fonseca
Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	UCC Saúde Mais Perto- Ponte de Lima	Liliana A. M. C. Leiras	18 de junho a 13 de julho 2012	3	Clara de Assis Coelho de Araújo
Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	UCC Caminha	Mª de Lurdes Gonçalves Araújo	18 de junho a 13 de julho 2012	2	Mª de La Salette Rodrigues Soares
Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	UCC Arcos de Valdevez	Angélica L. C. Ferreira	18 de junho a 13 de julho 2012	2	Mª Salomé Martins Ferreira
			Sónia C. G. Lopes	18 de junho a 13 de julho 2012	2	Mª Salomé Martins Ferreira
Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	ACES Póvoa/Vila do Conde	UCC Póvoa de Varzim	Mónica J. Cabreira	18 de junho a 13 de julho 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
			Davis Pires Silva	18 de junho a 13 de julho 2012	1	Mª de La Salette Rodrigues Soares
Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	Hospital de Santa Maria Maior - Barcelos	Serviço de Especialidades Cirúrgicas	Maria de Fátima B. Sousa	19 de março a 20 de abril 2012	1	Clara de Assis Coelho de Araújo
			Maria de Fátima B. Sousa	23 de abril a 18 de maio 2012	1	Clara de Assis Coelho de Araújo

Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	Serviço de Ortopedia 1	João Carlos Parente Gonçalves	19 de março a 20 de abril 2012	2	Clara de Assis Coelho de Araújo
			João Carlos Parente Gonçalves	23 de abril a 18 de maio 2012	2	Clara de Assis Coelho de Araújo
			João Carlos Parente Gonçalves	21 de maio a 15 de junho 2012	3	Clara de Assis Coelho de Araújo
		Serviço de Ortopedia 2	João Carlos Parente Gonçalves	19 de março a 20 de abril 2012	2	Clara de Assis Coelho de Araújo
			João Carlos Parente Gonçalves	23 de abril a 18 de maio 2012	2	Clara de Assis Coelho de Araújo
			João Carlos Parente Gonçalves	21 de maio a 15 de junho 2012	3	Clara de Assis Coelho de Araújo
Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	Hospital de S. João - Porto	Serviço de Neurologia	Patrícia Maria Correia Araújo	19 de março a 20 de abril 2012	2	Maria Salomé Martins Ferreira
			Patrícia Maria Correia Araújo	23 de abril a 18 de maio 2012	3	Maria Salomé Martins Ferreira
			Delfim Oliveira			
			Patrícia Maria Correia Araújo	21 de maio a 15 de junho 2012	2	Maria Salomé Martins Ferreira
Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	Unidade Local de Saúde do Alto Minho	Serviço de Medicina – Piso 7	Artur João Barros Marinho	19 de março a 20 de abril 2012	4	Maria Salomé Martins Ferreira
			Sérgio Manuel Silva Dias			
			Artur João Barros Marinho	23 de abril a 18 de maio 2012	3	Maria Salomé Martins Ferreira
			Sérgio Manuel Silva Dias			
			Artur João Barros Marinho	21 de maio a 15 de junho 2012	2	Maria Salomé Martins Ferreira
			Sérgio Manuel Silva Dias			

## **ANEXO II**

Modelos, Modos e Modalidades de Formação



## MODELOS, MODOS E MODALIDADES DE FORMAÇÃO

*O que vai determinar se uma formação profissional se dá num sentido progressista, crítico - reflexivo ou conservador e tecnicista, em grande parte, é o modo de entender e fazer a educação, de como ela é trabalhada em sala de aula, espaço de interacção entre professores e alunos.*

Sorsi & Bagnato, 1998<sup>1</sup>.

### NOTA INTRODUTÓRIA

As *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnfVC* <sup>II</sup> no domínio do ensino enunciam um conjunto de pressupostos e objectivos que remetem para a inevitabilidade e urgência de reflectir os actuais modelos de formação e desenhar as mudanças que mais se adequem aos desafios duma realidade social complexa e ao desenvolvimento da profissão de Enfermagem. Esses pressupostos e objectivos já estavam contemplados na *Carta de Princípios Interinstitucional* firmada entre a ESEnfVC e as instituições de saúde do distrito, em 1998. Aí se refere que

..."a articulação entre formação e contextos de trabalho é, hoje, uma questão central na formação de enfermeiros (...) que advém da revalorização do potencial formativo das situações de trabalho. Esta constatação aliada à de que docentes e enfermeiros da prática detêm saberes e competências que, embora diferentes são complementares, sugerem novas formas de (re)pensar e agir no campo da formação em enfermagem ; a formação de enfermeiros não é só da responsabilidade da Escola pois formar pressupõe considerar o objecto da disciplina de enfermagem que urge explicitar pelos seus agentes - os enfermeiros."

O produto da análise que agora se promove deve reflectir-se na actualização dos "Princípios de distribuição do serviço docente" e, conseqüentemente, nos futuros planos de distribuição de serviço docente, a partir do próximo ano lectivo 2000-2001.

As práticas pedagógicas dominantes na ESEnfVC têm-se revelado desadequadas e sê-lo-ão cada vez mais, a manter-se as lógicas em que se sustentam. Entre outros, os aspectos que mais têm sido referidos nas discussões sobre esta matéria estão relacionados com as seguintes lógicas:

- Desde o primeiro momento, a formação inicial dos alunos de enfermagem deveria estar enformada numa perspectiva holística e de contextualização das práticas o que conduziu à desvalorização crescente das aulas práticas e ao treino em laboratório e à utilização quase exclusiva do treino de procedimentos e técnicas básicas no contexto dessas práticas profissionais em hospital ou centro de saúde. Nesta perspectiva, sobrevalorizou-se a dimensão da aquisição de competências sobre a aquisição de habilidades ou capacidades. Mais ainda, alterou-se o sentido desenvolvimentista simples → complexo, habilidades/capacidades → competências.
- As necessidades de aumentar o número de enfermeiros, as alterações recentes no ensino e a consequente exigência de cursos de complemento de formação, têm colocado a Escola perante o imperativo de dar uma resposta adequada, aumentando o número de alunos em formação. Em consequência, a estratégia que foi incrementada e que hoje se revela insustentável foi o recurso à contratação de auxiliares pedagógicos<sup>III</sup> e a exigência de preenchimento dos lugares vagos do Quadro de pessoal docente a curto prazo. E se é verdade que para formar mais enfermeiros são necessários mais formadores, a resposta não foi orientada no sentido de saber que tipo de formadores mas sim no sentido de reproduzir, em pequena escala, a figura do docente na pessoa do auxiliar de ensino encarregado de trabalhos.

Por outro lado, tem-se gerado um mal-estar crescente no seio do corpo docente que se vê impotente para cumprir outras funções como sejam a investigação e intervenção na comunidade, num momento em que se toma consciência que urge mudar de estratégia face à integração na estrutura do ensino superior politécnico e ao próprio estatuto de docente do ensino superior.

Face a este quadro, as respostas têm de ser encontradas num registo de mudança e inovação dos próprios modelos de formação, à luz de novas concepções que se revelem as mais consentâneas com um pensamento moderno e capaz de favorecer a construção de enfermeiros com elevado sentido da profissionalidade e cidadania.

### **ORIENTAÇÕES PARA O MODELO DE FORMAÇÃO INICIAL DE ENFERMEIROS**

O curso de licenciatura em Enfermagem visa *assegurar a formação científica, técnica, humana e cultural para a prestação e gestão de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidade, nos diferentes níveis de prevenção e a*



formação necessária à participação na gestão dos serviços, unidades ou estabelecimentos de saúde, à participação na formação de enfermeiros e outros profissionais de saúde e ao desenvolvimento da prática de investigação <sup>IV</sup>. Para dar uma resposta adequada e de qualidade a estes objectivos é, pois, fundamental que se pensem e dinamizem novos rumos nos processos e percursos de formação.

Neste sentido é necessário dar substância aos princípios enunciados na *Carta de Princípios Interinstitucional* e nas *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnVC* traduzindo-os em medidas concretas ao nível da concepção, construção e desenvolvimento curricular, das modalidades formativas e da própria avaliação de alunos.

O plano de estudos do curso de licenciatura em Enfermagem deve ser entendido como um *projecto* formativo que, enquanto tal, deve admitir uma dimensão de *imprevisibilidade* que emerge da situação complexa em que se desenvolve: ao frequentar o curso, o aluno continua o seu processo de desenvolvimento pessoal em referência a uma história de vida singular, à sua circunstância existencial e a um projecto de vida que, em grande medida, se organiza em torno da sua opção profissional; este processo pessoal evolui em interacção com formadores - docentes e enfermeiros- que, também eles, estão em processo de formação, com um projecto, uma história e uma circunstância de vida. A complexidade desta interacção aumenta quando se consideram os contextos diversificados em que se verifica, isto é, o contexto Escola, o contexto Serviços de Saúde e mesmo outros macro-contextos (social e cultural) e os projectos de desenvolvimento dessas organizações (escola e serviços de saúde) e da própria comunidade (Fig. 1).

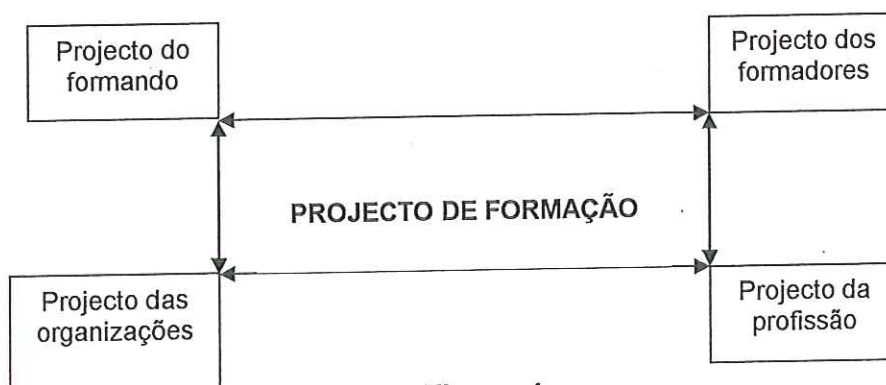


Figura 1

Assim, o plano de estudos, respeitando uma matriz universal, deve ser desenvolvido em consideração aos indivíduos enquanto objectos, sujeitos e agentes na formação, na perspectiva apresentada por M. Lesne<sup>V</sup>. Na consideração de que os modos pedagógicos que resultam desta concepção não são sequenciais mas que podem surgir em simultâneo com expressões diferenciadas ao longo do curso, surgem várias dimensões a considerar:

- a) a imprevisibilidade e a necessidade de ajustamento permanente e a rejeição de planificações estereotipadas e inflexíveis;
- b) a diversidade de actores implicados no processo: o docente como *gestor pedagógico* e que, em situações de ensino clínico ou estágio pode desempenhar funções de *supervisão da aprendizagem* enquanto *vê o que se passou antes, o que se passa durante e o que se passará depois, ou seja de quem entra no processo para o compreender por fora e por dentro*<sup>VI</sup>; o enfermeiro, que assume dois papeis principais: o *enfermeiro de referência* enquanto prestador de cuidados e que tem uma participação directa e activa na aprendizagem dos alunos que o observam, ajudam ou substituem. A intervenção deste enfermeiro de referência tem por unidade de tempo o turno de trabalho; o *enfermeiro tutor* que assume o papel de enfermeiro de referência enquanto prestador de cuidados e, sobretudo, de supervisor da formação porque está numa relação mais próxima do gestor pedagógico e a sua intervenção tem por unidade de tempo o período de duração do ensino clínico ou estágio.

O desenvolvimento curricular que se apoie nesta dinâmica cria, por certo, zonas e momentos de insegurança, hesitação e resistência à mudança mas permite, por outro lado, que o aluno se desenvolva e que o papel dos vários actores seja mais visível. Neste projecto de formação procurar-se-á conciliar o desejável - o ideal profissional - com o necessário - pedidos sociais em cuidados de enfermagem - no cumprimento dos objectivos do curso, das políticas de ensino e saúde e de outras orientações resultantes das orientações definidas pela Organização Mundial de Saúde e pela comunidade europeia em que nos inserimos.

Num curso com a duração de quatro anos - tempo com um significado extraordinário que se inicia numa fase final da adolescência e coincide com o início da vida adulta - é necessário não perder de vista o curso enquanto totalidade mas, de igual modo, clarificar a forma como se deve desenvolver com expressão nas práticas e estratégias da formação. Passaremos a apresentar alguns enunciados que sobressaem nesta orientação.



O processo de formação deve ser no sentido do simples para o complexo, do desenvolvimento progressivo do conhecimento, das habilidades/capacidades e competências sendo que estas se constituem no produto finalizante dum processo. As competências apenas se exprimem quando o aluno sabe *mobilizar*, em tempo oportuno, as capacidades ou conhecimentos que adquiriu, sabe aplicá-las quando necessário e no momento apropriado, sabe organizar, seleccionar e *integrar* o que pode ser útil na actividade profissional e sabe *transferir* ou adaptar para além de ser um bom executor <sup>VII</sup>. A estrutura do curso de licenciatura está de acordo com esta orientação na medida em que a evolução das aprendizagens tem a sequência *Ensino teórico (aulas teóricas, teórico-práticas e práticas) → Ensino Clínico → Estágios*, sequência que, sublinhe-se, deve conter o sentido da circularidade, ter um carácter recursivo ou de retroalimentação permanente e, por consequência rejeitar a exclusividade do sentido teoria → prática, conhecer → aplicar, ainda dominante nas nossas práticas. É nesta perspectiva que continua a fazer sentido a existência de *seminários* para análise e reflexão das práticas numa perspectiva de integração, mobilização e transferência de saberes anteriormente adquiridos e numa perspectiva da produção de novos saberes.

O conhecimento é indispensável mas também é preciso que os alunos o saibam organizar e, para além disso, aprendam a criar *disposições*, a *estar atentos ao que os rodeia*, a *ter sentido profissional*, a intervir, (re)criar, motivar(-se), a questionar as situações, os actores e os contextos. É por isso que, para nós, a construção dos *curricula* e dos programas das unidades curriculares não pode ser feita na lógica de inventários exaustivos mas em torno de questões estruturantes, daquilo que está na génese da profissão, do que a fundamenta e sustenta, daquilo que é necessário para a exercer com rigor, cientificidade e eficácia e capaz de desenvolver no aluno uma postura de flexibilidade crítica e de permanente análise das suas práticas. Ao seleccionar criteriosamente os conteúdos programáticos criam-se mais espaços para ser possível dar resposta às necessidades de formação que emergem durante o processo formativo, melhorando a performance nas capacidades que se vão adquirindo. Noutro sentido, esta posição traduz o reconhecimento do processo formativo ao longo da vida e a não desqualificação de outros momentos formativos igualmente importantes. Em suma, a formação não se esgota nos espaços formais nem no segmento da formação inicial.

Permitindo que o aluno se assuma como *objecto - sujeito - agente* da formação, desenvolve-se nele o sentido da coexistência da auto-formação (consigo), da hetero-formação

(pelos outros), da co-formação (com os outros) e da eco-formação (com o meio) e a aceitação da multiplicidade de modos pedagógicos: transmissivo (objecto), incitativo de orientação pessoal (sujeito) e apropriativo de inserção social (agente), segundo Lesne.

Os objectivos e as estratégias de avaliação têm que ser coerentes com as modalidades de formação enunciadas e não podem estar impregnados duma lógica essencialista e estática, como um fim em si. Formar-(se) é um processo pessoal e o aluno não pode ter o ónus da classificação. Instrumentos de avaliação exaustivamente quantitativos são inconciliáveis com a necessária articulação dos modos pedagógicos que referimos.

Então, o desenvolvimento curricular (4 anos) deve possuir uma lógica que contempla as ideias atrás expostas (Fig.2).

No primeiro ano, o ensino teórico feito através das aulas práticas deve realizar-se predominantemente em laboratório permitindo contudo os primeiros contactos com os contextos de trabalho e a observação das práticas profissionais relacionadas com instrumentos básicos da Enfermagem, com ênfase nos princípios da comunicação humana e da educação para a saúde.

Nos segundo e terceiro anos, continuando a insistir no treino de habilidades e desenvolvimento de capacidades, a formação realiza-se já em contexto real ao nível do ensino clínico. Finalmente, no quarto ano, com a introdução da figura Estágio, o aluno tem a possibilidade de desenvolver competências genéricas e transversais para a prestação de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidades, nos diferentes níveis de prevenção bem como participar na formação dos profissionais de saúde e na gestão dos serviços e unidades de saúde.

A análise das práticas e a orientação para a acção pode fazer-se tendo como referência o modelo desenvolvido por Lesne, sobretudo para realçar que os pontos de partida, as lógicas de trabalho pedagógico, as relações com o saber, os agentes que intervêm no processo e os efeitos sociais que se pretendem vão evoluindo do modo transmissivo para os modos incitativo e apropriativo.



1º ANO →		2º ANO → 3º ANO →		4º ANO		
<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aulas teóricas</li><li>• Aulas teórico-práticas</li><li>• Aulas práticas</li></ul> <p>↓</p> <p>Em laboratório ↑↓ Em contexto (serv. saúde)</p> <p>↕</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>CAPACIDADES</p> <p>HABILIDADES:</p> <p>Cognitivas (1) Técnico-instrumentais (2) Sócio-relacional (3)</p> <p>ao nível dos procedimentos básicos de Enfermagem</p> <p>↕</p>		<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aulas teóricas</li><li>• Aulas teórico-práticas</li><li>• Aulas práticas</li></ul> <p>ENSINO CLÍNICO CSP / CSD</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>CAPACIDADES</p> <p>HABILIDADES 3 (1, 2 e 3)</p> <p>Ao nível da prática de enfermagem em áreas específicas de intervenção aos três níveis de prevenção</p> <p>↕</p>		<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aulas teóricas</li><li>• Aulas teórico-práticas</li><li>• Aulas práticas</li></ul> <p>(INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO)</p> <p>ESTÁGIOS</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>COMPETÊNCIAS GENÉRICAS E TRANSVERSAIS PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• prestação de cuidados de enfermagem gerais;</li><li>• participar na formação dos profissionais de saúde</li><li>• participar na gestão dos serviços e das unidades de saúde</li></ul> <p>↕</p>		
Práticas	MTP <sub>1</sub> +++ MTP <sub>2</sub> ++ MTP <sub>3</sub> +	MTP <sub>1</sub> ++ MTP <sub>2</sub> +++ MTP <sub>3</sub> +	MTP <sub>1</sub> + MTP <sub>2</sub> ++ MTP <sub>3</sub> +++			
	PAPEIS		PAPEIS			
Actores	Formando	Objecto/Sujeito	Formando	Objecto/Sujeito/Agente	Formando	Sujeito/Agente
	Docente	T - +++ T-P - +++ Plab - +++ Pser - ++ (40%) <sup>viii</sup>	Docente	T - +++ E Clin - ++ (30%) ↓ Análise das práticas	Docente	T - +++ Estágio - + (20%)
	Enfermeiro	T - + T-P - + Plab - + Pserv - +++ (60%)	Enfermeiro	T - + E Clin - +++ (70%)	Enfermeiro	T - + Estágio - +++ (80%)

Fig. 2

Esta concepção da formação faz sobressair:

- A necessidade de dar novo fôlego aos protocolos celebrados com as instituições de parceria, na perspectiva duma partilha e implicação efectivas pois os enfermeiros manifestam cada vez mais competências para se assumirem como protagonistas nos processos de formação;
- A necessidade duma concepção e gestão de horários mais simplificada;
- A necessidade de gerir as cargas horárias das unidades de forma a contemplar uma percentagem que não se realize em sala de aula, possibilitando assim que o aluno desenvolva outras estratégias que melhor se adequem ao seu processo de aprendizagem.

*Aprovado na reunião de 11 de Julho de 2000*

---

## NOTAS

I - Cf. SORDI, M.R.L.; BAGNATO, M.H.S (1998). Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. Revista latino am.enfermagem, 6(2), p. 83-88.

II - Aprovado em reunião do Conselho Científico em 08.02.2000.

III - O número de auxiliares no ano lectivo 97-98 foi de 12; em 98-99 foi de 15 e no presente ano lectivo é de 28 (correspondendo a 32 contratos de trabalho) o que em termos económicos se traduziu num aumento de custos de 3,8 para 23,3 milhões de escudos)

IV - Cf. o DL 353/99, de 3 de Setembro.

V - Cf. LESNE, M. *Trabalho pedagógico e formação de adultos*.

VI - Cf. ALARCÃO, Isabel; TAVARES J. *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*, p. 47.

VII - Cf. LE BOTERF, Guy. Modelos de aprendizagem em alternância na comunidade: cinco desafios a enfrentar, in FORMAR, nº. 10, 1994, p. 41-42.

VIII - As percentagens assinaladas pretendem representar a preponderância de intervenção de docentes e enfermeiros na orientação de alunos ao longo do curso.



## **ANEXO III**

Distribuição do Serviço Docente

Docente	Regime de tempo (%)	Grau Académico	Área Científica	UC Leccionadas no Curso	Tipo (A/S/Modular)	Horas Trabalho	N.º de Turmas	N.º de alunos	OBS
António Pedro Pereira	100	Mestre	Antropologia	Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S1	6	1	29	
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia -Psicologia e Saúde	Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S1	14	1	29	
Maria Luisa Ramos Santos	100	Doutor	Psicologia-Esp. Em Psicologia da Saúde	Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S1	6	1	29	
Carlos Lousada Lopes Subtil	100	Mestre	Ciências da Educação	Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S1	6	1	29	
Clara de Assis Coelho de Araújo	100	Doutor	Psicologia-Esp. Em Psicologia do Trabalho	Investigação em Enfermagem	S1	16	1	29	
Luis Carlos Carvalho da Graça	100	Doutor	Enfermagem	Investigação em Enfermagem	S1	6	1	29	
Maria Carminda Soares Morais	100	Doutor	Ciências da Educação	Inovação, Gestão e Supervisão Clínica	S1	11	1	29	
Maria José Lopes Fonseca	100	Mestre	Supervisão	Inovação, Gestão e Supervisão Clínica	S1	11	1	29	
Arminda Vieira	100	Mestre	Bioética e Ética Médica	Ética e Cidadania da Pessoa com Deficiência	S1	16	1	29	
Cidália Ferraz Amorim	100	Doutor	Enfermagem	Enfermagem - Evolução Histórica e Epistemológica	S1	10	1	29	
Luis Carlos Carvalho da Graça	100	Doutor	Enfermagem	Enfermagem - Evolução Histórica e Epistemológica	S1	9	1	29	
Clara de Assis Coelho de Araújo	100	Doutor	Psicologia-Esp. Em Psicologia do Trabalho	Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	S1	28	1	29	
Clara de Assis Coelho de Araújo	100	Doutor	Psicologia-Esp. Em Psicologia do Trabalho	Estágio de Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	S2	102	1	29	A turma foi dividida em 3 grupos no estágio.
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia -Psicologia e Saúde	Enfermagem de Reabilitação Respiratória	S1	37	1	29	
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia -Psicologia e Saúde	Estágio de Enfermagem de Reabilitação Respiratória	S2	102	1	29	A turma foi dividida em 3 grupos no estágio.
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia -Psicologia e Saúde	Seminário: Dissertação De Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório final/Trabalho de projeto	S2	4	1	29	
Maria José Lopes Fonseca	100	Mestre	Supervisão	Fundamentos de Enfermagem de Reabilitação	S1	45	1	29	
Maria Salomé Martins Ferreira	100	Doutor	Psicologia da Saúde	Fundamentos de Enfermagem de Reabilitação	S1	16	1	29	
Maria Salomé Martins Ferreira	100	Doutor	Psicologia da Saúde	Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	S1	72	1	29	
Maria Salomé Martins Ferreira	100	Doutor	Psicologia da Saúde	Estágio de Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	S2	102	1	29	A turma foi dividida em 3 grupos no estágio.
Maria Salomé Martins Ferreira	100	Doutor	Psicologia da Saúde	Estágio de Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S2	24	1	29	A turma foi dividida em 6 grupos no estágio.
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia -Psicologia e Saúde	Estágio de Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S2	48	1	29	
Maria José Lopes Fonseca	100	Mestre	Supervisão	Estágio de Enfermagem de Reabilitação na Comunidade	S2	36	1	29	
Maria José Lopes Fonseca	100	Mestre	Supervisão	Seminário: Dissertação De Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório final/Trabalho de projeto	S2	4	1	29	
Nuno Miguel Pereira de Moraes	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	S1	18	1	29	
Pedro Manuel Paulino dos Santos	Prestação de Serviços	Licenciatura	Enf. De Reabilitação	Enfermagem de Reabilitação em Neurologia	S1	3	1	29	
Miguel Alberto de Brito da Costa Leal	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	S1	8	1	29	
Maria Elena Lombardina Agra	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enfermagem de Reabilitação Respiratória	S1	18	1	29	
Jaime Alberto de Sá Milheiro	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Fundamentos de Enfermagem de Reabilitação	S1	10	1	29	
Jaime Alberto de Sá Milheiro	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enfermagem de Reabilitação em Ortopedia	S1	8	1	29	
Ana Maria Roque Garret	Prestação de Serviços	Licenciatura	Psicologia	Seminário: Dissertação De Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório final/Trabalho de projeto	S2	2	1	29	
Sandra Manuela Freitas Torres Pereira	Prestação de Serviços	Mestre	Enfermagem	Seminário: Dissertação De Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório final/Trabalho de projeto	S2	1	1	29	
Ilidia MariaMartins da Costa	Prestação de Serviços	Mestre	Enfermagem	Seminário: Dissertação De Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório final/Trabalho de projeto	S2	1	1	29	